

**Denúncias - PRDF - Email de contato através do Site da PR/DF**

**De:** <jan@kanopus.net>  
**Para:** contato <denuncia@prdf.mpf.gov.br>  
**Data:** 02/09/2005 04:54:33  
**Assunto:** Email de contato através do Site da PR/DF

146  
Página 1 de 3  
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DF



1.16.000.001924/2005-21

MPF-PR-DF  
SECAD/001259/2005

2005-09-02

A pessoa abaixo entrou em contato conosco usando o link fale conosco do Site da PR/DF

Nome

Jan Struiving

e-mail

jan@kanopus.net

Sua Mensagem

MENSALÃO NA INTERNET II

Após 32 meses de governo, graças a um decreto presidencial que viabiliza a inovação da ordem jurídica à margem da lei (anexo1) foi possível extorquir R\$ 64 milhões de reais a uma velocidade de R\$ 2 milhões/mês sob a forma de doação forçada de R\$ 30,00/ano de cada um dos 800 mil internautas.

No término do FHC ainda sobraram 90 milhões (anexo2) parados na conta Banespa ag. 105 cc. 72400-2 CNPJ 43.828.151/0001-45 que nos 32 meses seguintes só aumentou míseros 10 milhões (deve ser juros?) (anexo3) mas, e os 64 milhões restantes aonde foram parar?

Para a Receita Federal não existe porque é uma doação, para o Tribunal de Contas também não existe.... é uma doação. Nota fiscal também não é fornecido por ser uma doação..... Para confundir os trouxas trocaram no registro.br a palavra "doação" por "serviço público".

Dicas:

- 1) Uma portaria interministerial em 2003 do então Min. José Dirceu (anexo4) inclui um "Notório Saber em Extorsão", desculpe "Internet" para controlar o grupo CGI.br (Comitê Gestor Internet Brasil), retrocedendo ainda mais a Internet no Brasil em relação ao mundo.
- 2) para lavar o dinheiro cria-se em 2003 uma mega empresa chamada NIC.br CNPJ 05.506.560/0001-36 cujos donos são os antigos proprietários do CGI.br.
- 3) veja a foto (anexo5) da gang e a lista dos integrantes (anexo6).
- 4) Para detalhes veja o site interjuris.com.br antes que a Fapesp detone o

147  
J

domínio como fez com centenas de outros de empresas paranaenses.

Dúvidas:

Existe alguma relação entre os míseros 200 mil reais da mala do Dep. José Dirceu em Londrina PR, noticiada pela mídia; do ridículo cargo de "Notório Saber em Internet" criado por ele e do sumiço dos 64 milhões de reais do Comitê Gestor Internet?

Obs.: "Ocorre que toda a estrutura e a infra-estrutura montadas a partir do Comitê Gestor Internet do Brasil padecem de uma grave insuficiência jurídica. Com efeito, a portaria interministerial em questão não possui lastro ou fundamento legal". (parecer de procurador, anexo2).

O Estado do Rio tentou reaver R\$ 10,8 milhões de reais em 2003 para aplicar no Infovia-RJ, mas não conseguiu (anexo3). Os outros estados nem tentaram, parece que não precisam de verba para a inclusão digital.

Tudo foi montado para extorquir quase R\$ 200 milhões dos internautas e com o aval da Casa Civil e do Ministério da Ciência e Tecnologia que após a denúncia ainda tenta calar o denunciante!!!!!!

Precisamos do seu apoio nos seguintes temas:

- 1 - Devolução de quase 200 milhões de reais extorquidos dos 800 mil internautas durante 10 anos.
- 2 - Novo leilão de 80 mil domínios, devido às irregularidades ocorridas nas administradas pela Fapesp, também chamada de Registro.br.
- 3 - Alocação de verba da Internet, de cada estado para o seu estado e não para o bolso de alguns paulistas.

-----  
A profª Sofia Mentz Albrecht, em oportuno artigo "A Inconstitucionalidade da Regulamentação sobre Nomes de Domínio na Internet", entende haver inconstitucionalidade material e também formal na Resolução nº 01/98-CG, sustentando que "ao invés de criar condições reais de desenvolvimento tecnológico no meio eletrônico, produz empecilhos e dificuldades cada vez maiores para que o mercado brasileiro possa verdadeiramente estar conectado com os demais, no mundo globalizado de hoje". E prossegue, justificando que há vício de origem na Criação do Comitê Gestor, pois afronta o disposto no art. 87, parágrafo único, II da Constituição Federal, pois compete apenas ao ministro de Estado (...) expedir instruções para a execução de leis, decretos e regulamentos; que há afronta ao Princípio da Legalidade, insculpido no art. 5º, II do mesmo Diploma; e quanto à competência, acertadamente aponta que apenas a União poderia legislar sobre águas, energia, informática, telecomunicações e radiofusão, nos termos do art. 22 da Lei Maior. Por conseguinte, também a Portaria nº 147/95-MC/MCT estaria eivada de vícios .....

Anexos a serem impressos:

Anexo0: <http://www.rnp.br/noticias/imprensa/1999/not-imp-990118.html>

(extorsão noticiada em 1/1999 pelo Jornal O Globo)

Anexo1: <http://www.interjuris.com.br/regint.html> (parecer de procurador)

Anexo2:

<http://jbonline.terra.com.br/online/internet/noticias/2003/04/24/onlinetnot2003042>

(90 milhões - Jornal do Brasil)

Anexo3: <http://agenciact.mct.gov.br/index.php?>

[action=/content/view&cod\\_objeto=26278](http://agenciact.mct.gov.br/index.php?action=/content/view&cod_objeto=26278) (100 milhões)

Anexo4:

[http://www.mct.gov.br/Temas/info/Dsi/Legislacao/PortariasIntermin/18\\_2004.htr](http://www.mct.gov.br/Temas/info/Dsi/Legislacao/PortariasIntermin/18_2004.htr)

(portaria suspeita)

Anexo5: <http://www.cg.org.br/infoteca/clipping/2005/midia26.htm> (foto da gang)

Anexo6: <http://www.interjuris.com.br/comitegestor.html> (integrantes da gang)

Anexo7: <http://www.interjuris.com.br/opaisregistrobr.html> (Uma paródia real sobre o País Registro.br)

Anexo8: <http://www.interjuris.com.br/manipulacao.html> (leilão irregular de domínios)

Anexo9: <http://www.interjuris.com.br/empregadas.html> (a Fapesp atuando no roubo domínios)

Anexo : <http://www.interjuris.com.br> (mais detalhes e outras denúncias)

Jan Struiving

[www.interjuris.com.br](http://www.interjuris.com.br)

(41) 3283-5064 / 9903-1089

MSN: [janstruiving@hotmail.com](mailto:janstruiving@hotmail.com)

E-mail: [jan@kanopus.net](mailto:jan@kanopus.net)

Site da PR/DF

[www.prdf.mpf.gov.br](http://www.prdf.mpf.gov.br)